

Um
mundo de
oportunidades

V.3 2026

AGRO INSIGHT



Institucional

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Presidente da República

CARLOS HENRIQUE BAQUETA FÁVARO

Ministro de Estado da Agricultura e Pecuária

IRAJÁ REZENDE DE LACERDA

Secretário-Executivo do Ministério da Agricultura e Pecuária

GUILHERME CAMPOS JÚNIOR

Secretário de Política Agrícola do Ministério da Agricultura e Pecuária

CARLOS GOULART

Secretário de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura e Pecuária

LUIS RUA

Secretário de Comércio e Relações Internacionais do Ministério da Agricultura e Pecuária

MARCELO NARVAES FIADDEIRO

Secretário de Inovação, Desenvolvimento Sustentável, Irrigação e Cooperativismo do Ministério da Agricultura e Pecuária

CARLOS ERNESTO AUGUSTIN

Assessor Especial do Gabinete do Ministério da Agricultura e Pecuária

CARLA MADEIRA GONÇALVES SIMÕES DOS REIS

Chefe de Assessoria Especial de Comunicação Social do Ministério da Agricultura e Pecuária

Elaboração, distribuição, informações:

Ministério da Agricultura e Pecuária

Secretaria de Comércio e Relações Internacionais

Departamento de Promoção Comercial e Investimentos - DPR

Coordenação-Geral de Gestão dos Adidos Agrícolas

Endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco D - 3º andar, Sala 300

CEP: 70043-900 Brasília - DF

Tel.: (61) 3218-2821 e-mail: divulgacao.scri@agro.gov.br

Editorial:

Priscilla Burmann

João Huguenin

Coordenação:

Luís Rua

Augusto Billi

Carolina Eufemia Aquino de Sá

Ângela Pimenta Peres

Jennifer Santos Costa

Jennya Silva Brito

Equipe Técnica:

Rodrigo Lopes de Almeida

Eduardo Sampaio Marques

José Guilherme Tollstadius Leal

Caio César Simão

Luciana Pich Gomes

Juçara Aparecida André Dokonal

Eduardo Magalhães

Silvio Luiz Rodrigues Testaseca

Glauco Bertoldo

Nilton Antônio de Moraes

Alessandro Fidelis

Rodrigo do Espírito Santo Padovani

Leandro Diamantino Feijó

Jean Felipe Celestino Gouhie

Clóvis Augusto Versalli Serafini

Tiago Charão

Priscila Rech Pinto Moser

Rafael Mohana de Carvalho Refosco

Vanessa Medeiros de Jesus

Ana Lúcia de Paula Viana

Fabiana Villa Alves

Virgínia Arantes Ferreira Carpi

Roberto Carlos Papa

Carlos Turchetto

Fernanda Mascarenhas Magalhães

André Okubo

Dalci de Jesus Bagolin

Ellen Elizabeth Laurindo

Luna Lisboa

Frederique Abreu

Andréa Moura

Warley Campos

Márcio Rezende Evaristo Carlos

Marco Túlio Santiago

Luiz Cláudio de Santana e Caruso

Lucas Fiuza

Ana Carolina Miranda Lamy

Diego Leonardo Rodrigues

Marcelo Cláudio Pereira

Permitida a reprodução sem fins lucrativos, parcial ou total, por qualquer meio, se citada a fonte e o sítio da Internet onde pode ser encontrado o original (www.gov.br/agricultura).

Catálogo na Fonte

Biblioteca Nacional de Agricultura – BINAGRI

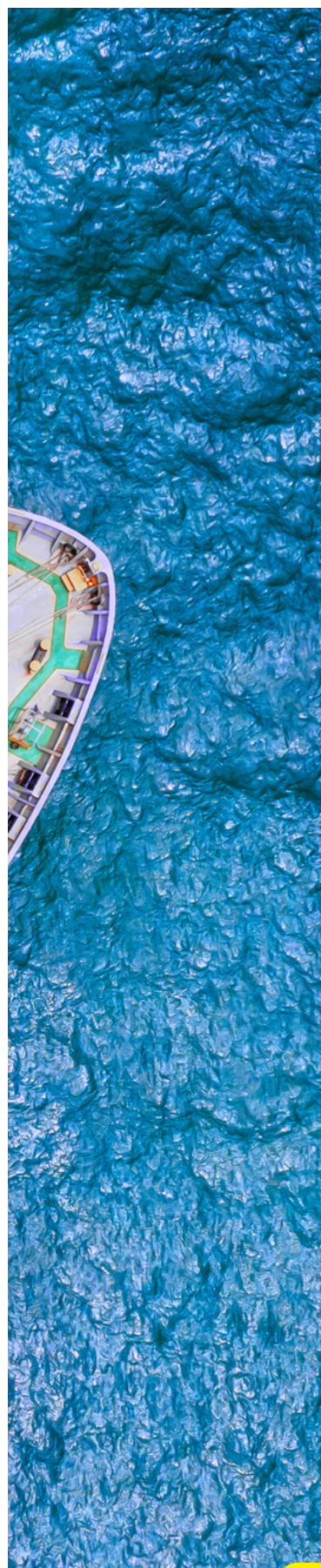
Resumo

O AgrolInsight nasce do compromisso do Ministério da Agricultura e Pecuária com o fortalecimento da presença do agronegócio brasileiro no mercado internacional.

Desenvolvido pela Secretaria de Comércio e Relações Internacionais (SCRI), com apoio dos adidos agrícolas presentes em 38 países, o material reúne análises estratégicas e oportunidades de negócios para produtores, exportadores e associações setoriais que buscam crescer de forma competitiva e sustentável.

Com base nas diretrizes do ministro Carlos Fávaro e sob a liderança do secretário Luis Rua, o AgrolInsight é resultado do esforço de uma equipe dedicada que acredita no potencial do Brasil como potência agroexportadora.

Este relatório é mais do que um compilado de dados — é uma ponte entre o agro brasileiro e o mundo.





SUBSÍDIOS E APOIO PÚBLICO: COMO SE SUSTENTA A AGRICULTURA NA ALEMANHA

Data: 13/03/2026

Posto: Berlim/Alemanha

Palavras-chave: Alemanha; subsídios agrícolas; Política Agrícola Comum, PAC; pagamentos diretos; renda agrícola; apoio federal; benefícios fiscais; seguridade social rural; estados federados; orçamento agrícola.

Responsável: Ana Paula Chaves de Araujo Kraus; Eduardo Sampaio Marques

SUMÁRIO:

O apoio público à agricultura alemã opera em três camadas: União Europeia (PAC), governo federal e estados federados. Em 2023/24, os pagamentos diretos da UE alcançaram, em média, € 23.065 por empresa, enquanto o total dos pagamentos ligados à atividade rural chegou a € 37.198, incluindo medidas agroambientais, reembolso do diesel, subsídios a investimentos e outros auxílios. Esses recursos representaram 35,9% da renda agrícola em 2023/24. Somam-se ainda benefícios fiscais, como o diesel agrícola, e o apoio federal ao sistema de seguridade social rural, com cerca de € 4,1 bilhões em 2023, além de apoios dos estados. Em conjunto, esses instrumentos indicam que o apoio público é estrutural para a estabilidade econômica de parte relevante da agricultura alemã.

1. Panorama Geral e Importância Econômica

Diferentemente do modelo brasileiro, em que o apoio estatal ao produtor se concentra majoritariamente em instrumentos de crédito, o sistema europeu é fortemente estruturado em transferências públicas não reembolsáveis ao setor agrícola. Na Alemanha, esses apoios abrangem diferentes instrumentos — incluindo pagamentos diretos da Política Agrícola Comum (PAC), programas de desenvolvimento rural, auxílios federais e estaduais, bem como benefícios fiscais e previdenciários — que, em conjunto, desempenham papel relevante na formação da renda agropecuária, ainda que sua importância varie conforme o ano, o tipo de produção e o porte do estabelecimento.

Convém esclarecer que, diferentemente de uma percepção frequentemente associada ao modelo europeu, os chamados subsídios agrícolas atualmente não se destinam a baratear diretamente produtos específicos ao consumidor final, como leite, queijo ou cereais e nem em garantir altos preços aos produtores. O sistema vigente baseia-se majoritariamente em pagamentos desvinculados da produção, sobretudo por área cultivada ou pelo cumprimento de requisitos regulatórios. A associação entre subsídios, preços reduzidos aos consumidores e altos preços aos produtores de determinados alimentos tem origem histórica no período anterior às reformas da Política Agrícola Comum, quando mecanismos de apoio vinculados à produção geraram excedentes conhecidos como as chamadas “montanhas de manteiga” e “lagos de leite”.

No debate interno alemão, a Associação Alemã dos Agricultores afirma que, falta de subsídios levaria ao “fim de muitas famílias rurais”. Segundo a entidade, isso geraria um “colapso estrutural”, por meio da intensificação massiva da produção, ou ajustes por meio de preços mais altos dos alimentos e ainda, por maior importação de produtos agrícolas.

Embora se trate de posicionamento setorial, a argumentação evidencia o grau de dependência estrutural do setor agropecuário alemão em relação aos pagamentos públicos.

Este relatório analisa os dados mais recentes publicados com base nos anos econômicos 2021/22 e 2023/24, a fim de compreender a magnitude, a composição e a distribuição desses recursos. Os valores apresentados neste relatório derivam de bases estatísticas distintas — registros administrativos da PAC, resultados contábeis do Testbetriebsnetz, do Ministério da Agricultura, Alimentação e Comunidades da Alemanha (BMLEH) e dados orçamentários estaduais— e, por isso, não devem ser somados diretamente entre si.

Os valores médios de apoio apresentados nas estatísticas oficiais alemãs são calculados a partir de três indicadores complementares: valor por empresa, valor por hectare e valor por unidade de trabalho anual. A utilização simultânea desses indicadores permite avaliar o apoio público sob diferentes perspectivas econômicas e produtivas.

De acordo com dados do BMLEH[1], no ano econômico 2021/22 (Tabela 1), os pagamentos e subsídios registrados somaram, em média, € 47.627 por empreendimento ou € 21.072 por unidade de trabalho anual (UTA), representando cerca de 48,5% da renda gerada pela atividade agropecuária por unidade

de trabalho anual. Para os produtores que têm a agricultura como atividade principal, essa participação foi de 45,0%. Os valores de 2021/22 refletem, em parte, o aumento de pagamentos extraordinários, incluindo medidas de apoio associadas à pandemia de COVID-19, devendo ser interpretados como um período atípico.

Tabela 1 - Pagamentos diretos da PAC e outros apoios de acordo com a atividade e natureza jurídica das empresas/propriedades (2018-2019). Valores médios anuais em Euros.

Ano econômico	Descrição	Tipo de atividade e natureza			Média geral
		Pessoa física		Pessoa jurídica	
		Secundária	Principal		
2018/19	Pagamentos totais*	15.375	35.160	485.370	38.684
2019/20		15.978	35.776	449.705	39.252
2020/21		16.990	38.983	427.440	40.954
2021/22		17.701	47.166	409.945	47.627
2021/22	Pagamentos diretos da UE ¹	10.866	25.430	271.030	21.157
	Subsídios a juros e investimentos ²	115	1.730	21.414	1.751
	Ressarcimento do diesel agrícola ³	874	2.883	26.620	2.892
	Subsídio compensatório ⁴	859	1.308	13.588	1.467
	Pagamentos de medidas agroambientais ⁵	3.571	5.496	41.685	5.808
	Outros pagamentos ⁶	1.278	9.983	33.376	8.160
	por hectare de área agrícola utilizada	492	512	384	479
	por unidade de trabalho anual	18.617	20.755	23.989	21.072
	Renda agrícola (€/UTA) ⁷	19.120	46.118	48.083	43.469
	Participação na renda (%)	97,4	45,0	49,9	48,5

Fonte: BMLEH, 2023

*O valor total de pagamentos por empresa corresponde ao indicador agregado calculado na base contábil do Testbetriebsnetz (BMLEH) e não resulta necessariamente da soma direta das categorias apresentadas. 1- Os pagamentos diretos da UE correspondem a transferências anuais da PAC (1º pilar), concedidas principalmente por hectare elegível. 2-Subsídios a juros e investimentos referem-se a apoios para modernização dos empreendimentos, como financiamento subsidiado para construção de granjas ou aquisição de equipamentos, em parte no âmbito da GAK. 3 - O reembolso do diesel agrícola é um benefício fiscal federal que devolve parcialmente o imposto pago pelo combustível. 4- O subsídio compensatório destina-se a áreas com desvantagens naturais, como regiões montanhosas, no contexto do 2º pilar da PAC. 5- Os pagamentos agroambientais remuneram compromissos ambientais plurianuais (ex.: agricultura orgânica), enquanto outros 6- pagamentos incluem auxílios extraordinários e temporários relacionados a crises ou ajustes de política. 7- Renda corresponde ao resultado econômico da atividade agropecuária por unidade de trabalho anual (UTA), calculado como lucro acrescido dos gastos com pessoal. Receita, por sua vez, refere-se ao total de entradas obtidas pelo estabelecimento, antes da dedução dos custos. Assim, enquanto a receita expressa o volume bruto gerado pela atividade, o lucro representa o saldo após os custos, e a renda, nesse caso, é um indicador ampliado de resultado econômico.

A análise do ano econômico 2023/24[1], os pagamentos diretos da UE permaneceram como principal componente (em média € 23.065 por solicitante), porém, os pagamentos diretos e subsídios relacionados diminuíram em relação ao ano anterior. Esses pagamentos totalizaram 394 euros por hectare de área agrícola utilizada (-8%) e 16.910 euros por unidade de trabalho anual (UTA) (-11%). (Tabela 2).

O demonstrativo por área agrícola utilizada, reduz o efeito do tamanho da propriedade sobre o valor recebido, indicando maior intensidade relativa do apoio nas unidades menores.

Os dados ao longo dos anos indicam que o sistema de apoio à agricultura alemã é estruturalmente estável, mas sensível a intervenções extraordinárias em contextos de crise, como observado em 2021/22. Verifica-se também forte diferenciação na distribuição dos recursos conforme a estrutura das propriedades/empresas, com maiores valores associados a unidades de maior escala e pessoas jurídicas, mas maiores valores por área para unidades menores.

Tabela 2 – Pagamentos diretos da PAC e outros subsídios de acordo com a atividade e natureza jurídica das empresas/propriedades (2023-2024), em Euros.

Descrição	Tipo de atividade/tamanho e natureza						Média geral
	Atividade principal			Secundária	Média por pessoa física	Pessoas jurídicas	
	Pequeno porte	Médio porte	Grande porte	Pequeno porte			
Pagamentos diretos da EU	11.879	18.120	29.897	10.556	21.445	221.593	23.065
Subsídios a juros e investimentos	343	1.067	1.527	452	1.091	20.019	1.352
Ressarcimento do diesel agrícola	980	1.758	4.346	785	2.619	24.595	2.622
Subsídio compensatório	1.162	1.612	1.152	856	1.329	13.555	1.481
Pagamentos de medidas agroambientais	4.872	5.966	5.793	4.207	5.656	41.219	6.077
Outros pagamentos	1.011	1.240	2.617	581	1.739	35.842	2.206
Pagamentos totais							
Valor médio por empresa/propriedade	20.318	30.066	46.053	17.514	34.299	360.288	37.198
por hectare de área agrícola utilizada (€ por ha)	490	451	351	499	395	349	394
por unidade de trabalho anual (€ por UTA)	14.274	16.665	15.097	19.190	15.467	21.206	16.910
Participação dos pagamentos na receita bruta (%)	13,8	10,7	5,6	17,0	7,3	9,6	8,4
Renda							
Renda agrícola (€/UTA)	21.835	38.220	63.236	18.516	49.634	55.000	47.048
Participação dos pagamentos na renda (%)	65,4	43,6	23,9	103,6	31,2	38,6	35,9

Fonte: BMLEH, 2025

Nota: Os valores apresentados por empresa, por hectare e por unidade de trabalho representam diferentes formas de mensuração do mesmo conjunto de pagamentos e não devem ser somados entre si. Dados amostrais

Os pagamentos totais do ano de 2023/2024 (€ 37.198 por empresa) correspondem ao total dos pagamentos públicos que ingressam diretamente na contabilidade da exploração agrícola. Esse valor não corresponde ao orçamento total do governo federal nem à soma dos recursos federais e estaduais destinados ao setor, mas apenas às transferências públicas que ingressam diretamente na contabilidade das explorações agrícolas. O próprio BMLEH esclarece que pagamentos relacionados à empresa/propriedade devem ser distinguidos das transferências pessoais, como aposentadorias e benefícios sociais, que não integram a conta de resultados da propriedade.

A Tabela 3 apresenta os montantes totais de pagamentos diretos da PAC em 2024 por estado federal, já incluídos nos valores da Tabela 2 acima. Como esses valores são majoritariamente calculados com base na área elegível, propriedades maiores tendem a receber montantes mais elevados, sem implicar necessariamente maior valor por hectare. Os estados do leste registram médias mais altas por beneficiário, reflexo da reorganização fundiária da antiga Alemanha Oriental e da predominância de propriedades de grande escala.

Tabela 3 - Distribuição dos pagamentos diretos por estado federal da Alemanha em 2024.

Estado	Nº de beneficiários	Total (milhões)	Média por beneficiário
Mecklemburgo-Pomerânia Ocidental	4.579	315,1 €	68.811,0 €
Saxônia-Anhalt	3.914	269,3 €	68.799,5 €
Berlim/Brandemburgo	5.226	355,0 €	67.929,6 €
Turingia	3.954	201,8 €	51.041,6 €
Saxônia	7.007	205,3 €	29.294,8 €
Schleswig-Holstein	13.278	263,7 €	19.862,6 €
Saarland	1.296	23,9 €	18.439,2 €
Bremem/Hamburg/Baixa Saxônia	42.640	631,4 €	14.808,8 €
Hessen	18.501	242,7 €	13.116,1 €
Renânia-Palatinado	15.774	186,1 €	11.798,2 €
Renânia do Norte-Vestfália	37.017	385,1 €	10.403,2 €
Baden-Württemberg	38.777	376,2 €	9.701,0 €
Bavária	96.958	865,6 €	8.927,6 €
Total	288.921	4.321,2 €	14.956,2 €

BMLEH, 2025

2.Tipos de Subsídios e Fontes de Financiamento

O sistema de apoio à agricultura na Alemanha é financiado por diferentes fontes públicas. Os recursos provêm principalmente da Política Agrícola Comum da União Europeia, complementados por programas federais e por instrumentos executados ou cofinanciados pelos governos estaduais, além de benefícios fiscais e mecanismos de seguridade social específicos do setor agrícola.

2.1. Política Agrícola Comum da UE (PAC)

É a maior fatia do apoio. O atual plano estratégico da Alemanha para a PAC abrange o período 2023–2027[1], com financiamento total aproximado de 30 bilhões de euros. Estima-se que quase 300 mil propriedades e empresas agropecuárias solicitem apoio no setor. Os pagamentos baseiam-se prioritariamente na área cultivada (por hectare).

2.1.2. Sobre a PAC

A Política Agrícola Comum (PAC) da União Europeia é estruturada em dois pilares com funções distintas. No âmbito do primeiro pilar da Política Agrícola Comum, a Alemanha implementa um conjunto de 12 medidas de pagamentos diretos previstas no Plano Estratégico da PAC 2023-2027. Essas medidas combinam apoio à renda agrícola com incentivos ambientais e mecanismos específicos de apoio a determinados grupos ou sistemas produtivos:

1. Apoio básico à renda: pagamento por hectare elegível, condicionado ao cumprimento de requisitos ambientais e de manejo.
2. Pagamento redistributivo para as primeiras áreas: pagamento adicional concedido até o limite de 60 ha por propriedade, objetivando reforçar a renda de pequenas e médias propriedades.
3. Apoio complementar a jovens agricultores: pagamento adicional por hectare para agricultores jovens, limitado a 120 hectares e por até 5 anos após a instalação.
4. Pagamento acoplado para bovinos de corte: apoio por animal (matrizes) em sistemas de cria, especialmente em áreas de pastagens extensivas.
5. Pagamento acoplado para ovinos e caprinos: apoio por animal (matrizes) ovinas e caprinas, associado à manutenção de sistemas extensivos de pastagem.
6. Criação de áreas de biodiversidade (pousio ou faixas florais).
7. Diversificação de culturas.
8. Manejo extensivo de pastagens.
9. Conservação de pastagens permanentes.
10. Implantação de sistemas agroflorestais.
11. Redução do uso de produtos fitossanitários.
12. Manejo ambiental em áreas sensíveis (ex.: natura 2000⁴).

O Segundo Pilar concentra os instrumentos de desenvolvimento rural que financiam investimentos e medidas específicas, como modernização de instalações, adequações ambientais, programas de bem-estar animal, agricultura orgânica e compensações a produtores em regiões com restrições naturais. Também inclui apoios a projetos de desenvolvimento regional, voltadas à diversificação econômica e à manutenção da atividade rural. Diferentemente dos pagamentos diretos, esses recursos são acessados por meio de programas e projetos e não por repasses automáticos por área.

2.2. Apoio federal

Em termos de peso econômico, o setor agropecuário responde por cerca de 0,8% do PIB alemão. Em termos orçamentários, o Ministério da Agricultura dispõe de € 6,99 bilhões em 2026[1], valor equivalente a pouco mais de 1% do orçamento federal (Tabela 4). Apenas parte desses recursos corresponde a transferências ao setor agrícola[2], enquanto o restante financia políticas estruturais, pesquisa, administração e outras ações voltadas ao meio rural.

Tabela 4 - Distribuição do orçamento federal do Ministério da Agricultura, Alimentação e Comunidades da Alemanha (BMLEH) para o ano de 2026.

Fonte: Bundesfinanzministerium, 2026

Descrição	Valor (milhões €)	Participação (%)
Política Social Agrícola	4.169,9	59,6%
Tarefa Conjunta “Melhoria da Estrutura Agrária e Proteção Costeira”	907,0	13,0%
Sustentabilidade, Pesquisa e Inovação	356,1	5,1%
Organização de Mercado e Medidas de Emergência	244,4	3,5%
Proteção do Consumidor e Alimentação	192,0	2,8%
Receitas e Despesas Administrativas Centralizadas	163,3	2,3%
Instituto Friedrich-Loeffler (Saúde Animal)	159,1	2,3%
Outras Autorizações Orçamentárias	154,9	2,2%
Ministério (Administração Central)	154,8	2,2%
Instituto Julius Kühn (Produção Vegetal)	113,8	1,6%
Instituto Thünen (Espaços Rurais, Florestas e Pesca)	104,6	1,5%
Instituto Federal de Proteção ao Consumidor e Segurança Alimentar (BVL)	103,0	1,5%
Instituto Max Rubner (Nutrição e Alimentos)	74,8	1,1%
Medidas Internacionais	65,4	0,9%
Instituto Federal de Variedades Vegetais	29,9	0,4%
Total	6.993,1	100,0%

Entre os principais instrumentos federais de apoio direto aos produtores, destacam-se a política social agrícola e a Tarefa Conjunta para a Melhoria da Estrutura Agrária e da Proteção Costeira (GAK).

Política social agrícola

A maior fatia do orçamento do BMLEH é direcionada para a política social agrícola, com cerca de € 4,2 bilhões previstos para 2026. Esses recursos não entram diretamente como receita operacional das explorações, mas aliviam encargos obrigatórios do setor e contemplam pagamentos não incluídos nas Tabelas 1 e 2:

- € 2,42 bilhões para a aposentadoria dos agricultores;
- € 1,60 bilhão para a saúde dos agricultores;
- € 100 milhões para subsídios ao seguro de acidentes agrícolas

Trata-se de cobertura de déficits estruturais desses regimes especiais. O recurso não entra diretamente como renda operacional da exploração, mas reduz encargos obrigatórios e contribui indiretamente para a sustentabilidade financeira das famílias rurais.

A Tarefa Conjunta para a Melhoria da Estrutura Agrária e da Proteção Costeira (GAK)

Do ponto de vista produtivo, o principal instrumentos sob o BMLEH é a GAK, com cerca de € 590 milhões previstos para 2026. A GAK financia, com cofinanciamento dos estados federados, investimentos estruturais nas propriedades, modernização produtiva, desenvolvimento rural, medidas ambientais, proteção costeira, adaptação climática e, a partir de 2026, projetos de bem-estar animal. Diferentemente dos pagamentos diretos da PAC, esses recursos são majoritariamente vinculados a projetos e podem exigir contrapartida do beneficiário.

2.3. Benefícios fiscais

Além das transferências orçamentárias, o setor agrícola também é beneficiado por medidas fiscais específicas que não aparecem como pagamento direto ao produtor, embora componha o apoio público federal ao setor. Dentre elas:

- Diesel: reembolso parcial sobre o imposto do diesel utilizado na atividade agrícola, correspondendo a € 0,2148/litro a partir de 2026. Estima-se em média € 2.780 por fazenda/ano
- Isenção de imposto sobre veículos: aplicável a veículos utilizados exclusivamente na atividade agrícola.

2.4. Apoio dos governos estaduais

No nível estadual, o apoio à agricultura na Alemanha não se limita à Política Agrícola Comum, mas inclui complementações orçamentárias próprias e definição de prioridades regionais. Em geral, os estados federados concentram seus instrumentos em áreas como desenvolvimento rural, apoio florestal, bem-estar animal, sustentabilidade e medidas estruturais, o que confere ao sistema alemão uma dimensão descentralizada de apoio ao setor.

A Baviera, estado com o maior número de agricultores (Tabela 3), ilustra essa lógica de forma clara. Para 2024 e 2025, o estado aprovou orçamento agrícola superior a € 1,9 bilhão por ano, com foco em agricultura, florestas, desenvolvimento rural e turismo. Entre os destaques anunciados estão € 40 milhões para um novo acordo estratégico com o setor agrícola, mais de € 96 milhões para apoio florestal, € 172 milhões anuais para desenvolvimento rural e mais de € 9 milhões para bem-estar animal. Baden-Württemberg também apresenta dotação relevante, da ordem de € 1,17 bilhão em 2025, o que indica que, além dos recursos europeus e federais, alguns estados federais mantêm instrumentos próprios de magnitude expressiva.

3. Considerações finais

Em síntese, o caso alemão mostra que o setor agrícola no país depende apenas de ganhos de produtividade ou organização de mercado, mas também de uma estrutura robusta de apoio público, formada por recursos europeus, instrumentos federais e complementações estaduais. Para o setor privado brasileiro, a principal mensagem é que o ambiente concorrencial alemão não pode ser analisado apenas pelos custos de produção ou pelos preços finais, mas deve considerar o papel estruturante dos subsídios, dos benefícios fiscais e da proteção social rural. Compreender essa lógica é essencial tanto para avaliar a competitividade dos produtos brasileiros no mercado alemão quanto para interpretar, de forma mais realista, as condições sob as quais opera o produtor europeu.